

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

24/03/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo acena com garantias para terceirizados para evitar desgaste

Apesar de a Câmara ter aprovado na quarta (22) proposta que libera de forma ampla a terceirização no país, Michel Temer e parlamentares aliados articulam a aprovação de um segundo projeto sobre o tema, agora pelo Senado, com mais garantias aos trabalhadores terceirizados. Para integrantes do governo, essa é uma forma de reduzir o desgaste para o presidente, que poderá combinar a sanção e o veto de partes de cada projeto. Embora tratem do mesmo tema, os dois textos são distintos nas regras de proteção aos trabalhadores. O que a Câmara aprovou na quarta-feira e enviou à sanção de Temer é de 1998 e traz apenas três salvaguardas genéricas aos terceirizados.

Diz que esses funcionários não poderão realizar serviços diferentes daqueles para os quais foram contratados, que terão as mesmas condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da empresa contratante e que estarão abrangidos nas regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) sobre fiscalização. O que o Senado ainda irá votar foi amplamente debatido em 2015 e tem ao menos 50 itens de proteção aos empregados. Entre outros, restrições para evitar que as empresas demitam os funcionários e os recontratem na sequência como terceirizados e a obrigatoriedade de a empresa contratante fiscalizar se a terceirizada cumpre suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. Em conversas reservadas, o presidente teria demonstrado preocupação com as críticas à proposta. Nas palavras de um assessor, a proposta aprovada pela Câmara tem "pontos exagerados" e pode desgastar a imagem de Temer.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/03/2017

Senado pode votar projeto alternativo sobre terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou ontem que os senadores poderão apresentar uma alternativa ao projeto de lei aprovado na quarta-feira pelos deputados e que regulamenta o trabalho temporário e a contratação de empresas prestadoras de serviços. Eunício se referia à possibilidade de aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/2015, proposta mais atualizada que também visa a regulamentar o trabalho terceirizado e está em fase de debate nas comissões no Senado. O chamado projeto da terceirização aprovado pela Câmara permite a contratação de terceiros para a realização de todas as atividades da empresa, inclusive as chamadas atividades-fim. A aprovação do projeto pelos deputados ocorreu sob forte protesto de representantes de centrais sindicais e de parlamentares da oposição, que tentaram sem sucesso obstruir a votação. Como o projeto já tinha sido analisado pelo Senado, o texto aprovado pelo plenário seguiu direto para a sanção presidencial. O presidente do Senado evitou declarar se acredita que o projeto aprovado pela Câmara tem lacunas ou se deva ser vetado. Mas reforçou que o Senado é uma "Casa revisora" e que poderá atualizar ou complementar o texto apreciado pelos deputados por meio da aprovação da nova proposta que tramita no Senado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/03/2017

Para juristas, projeto de terceirização não resolve insegurança jurídica

O projeto de lei que regulamenta a terceirização aprovado na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (22) não resolve o problema de insegurança jurídica que existe atualmente, segundo especialistas ouvidos pela Folha. Hoje, a terceirização é liberada para atividades-meio e não para as atividades-fim. A distinção entre os conceitos, porém, dá brecha para questionamentos na Justiça. O projeto de lei tenta resolver o problema, mas cria outro, na visão de advogados. Isso porque o texto fala que "serviços determinados e específicos" podem ser terceirizados. A expressão, contudo, é considerada genérica. "No fundo trocamos um problema pelo outro. Vai dar margem a novos questionamentos", disse o professor de direito trabalhista da USP Estêvão Mallet.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/03/2017

'Ninguém faz limpeza melhor do que a mulher', diz relator da terceirização

O relator do projeto aprovado na quarta-feira (22) que regulamenta a terceirização no país, deputado federal Laércio Oliveira (SD-SE), afirmou que a maioria dos trabalhadores no país do setor de asseio e conservação é do sexo feminino porque "ninguém faz limpeza melhor do que a mulher". Em debate promovido nesta quinta-feira (23) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), o parlamentar lembrou que grande parte dos funcionários terceirizados trabalha na área de limpeza. "Somente no setor básico, asseio e conservação, é unanimidade, se terceiriza em todo lugar. Somente nessa atividade tem mais de dois milhões de trabalhadores, 60% dessa mão de obra é feminina, porque faz limpeza. E ninguém faz limpeza melhor do que a mulher. À exceção de mim, que sou muito bom", disse.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/03/2017

A terceirização virou bagunça, por Vinicius Torres Freire

O PROJETO de terceirização aprovado na Câmara é uma reforma trabalhista ampla feita à matroca. Lambança. A tropelia dos deputados, no entanto, pode ser modificada por vetos de Michel Temer, pelo Senado e, com otimismo, ser enquadrada por uma reforma trabalhista decente, que ainda pode ser discutida no Congresso. Para começar: não se sabe se vale o que está escrito na lei da Câmara, pois outro projeto de terceirização tramita no Senado. Logo, não há segurança sobre a mudança legal. Segundo: do jeito que está, o sonho de flexibilização sonhado por empresários e economistas pode gerar o monstro da caricatura de reforma trabalhista desenhado por sindicatos e esquerda. A lei dos deputados autoriza contratos temporários, sem direito trabalhista quase algum, por nove meses —ou mais, se um acordo coletivo for negociado por algum sindicato picareta.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/03/2017

Mansur e Squassoni votam a favor da terceirização

Os deputados federais da Baixada Santista Beto Mansur e Marcelo Squassoni (PRB) votaram, na última quarta-feira (22), a favor da emenda aglutinativa que altera alguns pontos do projeto que regulamenta a terceirização, o projeto de Lei 4.330/04. A emenda manteve no texto-base a possibilidade de terceirizar a atividade-fim, o que permite que empresas possam subcontratar para todos seus setores de atividade. O deputado João Paulo Tavares Papa (PSDB) faltou à votação por estar em viagem, segundo apurado pela Reportagem.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/03/2017